

4° SIMULADO TCE RJ

ÁREA: CONTROLE EXTERNO
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

Simulado TCE/RJ Área Controle Externo - Pós Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCE/RJ;
- 2 – A prova contém **200 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCE-RJ-Área-controle-externo-21-03-20>

01 - C	26 - C	51 - C	76 - C	101 - C	126 - C	151 - C	176 - C
02 - C	27 - C	52 - C	77 - C	102 - C	127 - C	152 - C	177 - C
03 - C	28 - C	53 - C	78 - C	103 - C	128 - C	153 - C	178 - C
04 - C	29 - C	54 - C	79 - C	104 - C	129 - C	154 - C	179 - C
05 - C	30 - C	55 - C	80 - C	105 - C	130 - C	155 - C	180 - C
06 - C	31 - C	56 - C	81 - C	106 - C	131 - C	156 - C	181 - C
07 - C	32 - C	57 - C	82 - C	107 - C	132 - C	157 - C	182 - C
08 - C	33 - C	58 - C	83 - C	108 - C	133 - C	158 - C	183 - C
09 - C	34 - C	59 - C	84 - C	109 - C	134 - C	159 - C	184 - C
10 - C	35 - C	60 - C	85 - C	110 - C	135 - C	160 - C	188 - C
11 - C	36 - C	61 - C	86 - C	111 - C	136 - C	161 - C	186 - C
12 - C	37 - C	62 - C	87 - C	112 - C	137 - C	162 - C	187 - C
13 - C	38 - C	63 - C	88 - C	113 - C	138 - C	163 - C	188 - C
14 - C	39 - C	64 - C	89 - C	114 - C	139 - C	164 - C	189 - C
15 - C	40 - C	65 - C	90 - C	115 - C	140 - C	165 - C	190 - C
16 - C	41 - C	66 - C	91 - C	116 - C	141 - C	166 - C	191 - C
17 - C	42 - C	67 - C	92 - C	117 - C	142 - C	167 - C	192 - C
18 - C	43 - C	68 - C	93 - C	118 - C	143 - C	168 - C	193 - C
19 - C	44 - C	69 - C	94 - C	119 - C	144 - C	169 - C	194 - C
20 - C	45 - C	70 - C	95 - C	120 - C	145 - C	170 - C	195 - C
21 - C	46 - C	71 - C	96 - C	121 - C	146 - C	171 - C	196 - C
22 - C	47 - C	72 - C	97 - C	122 - C	147 - C	172 - C	197 - C
23 - C	48 - C	73 - C	98 - C	123 - C	148 - C	173 - C	198 - C
24 - C	49 - C	74 - C	99 - C	124 - C	149 - C	174 - C	199 - C
25 - C	50 - C	75 - C	100 - C	125 - C	150 - C	175 - C	200 - C

CONHECIMENTOS BÁSICOS**PORTUGUÊS****TEXTO I**

O mundo esconde milhares de doenças misteriosas e, em sua grande maioria, mortais para a vida humana. No entanto, entre todas elas, existe uma cujo nível de mortalidade é imbatível. É a hepatite viral, considerada um dos maiores perigos para a humanidade, de acordo com cientistas da Imperial College de Londres e da Universidade de Washington.

As hepatites virais são inflamações no fígado causadas por vírus que são classificados por letras do alfabeto em A, B, C, D (Delta) e E. No Brasil, mais de 70% (23.070) dos óbitos por hepatites virais são decorrentes da Hepatite C, seguido da Hepatite B (21,8%) e A (1,7%). O país registrou 40.198 casos novos de hepatites virais em 2017.

Entre 1990 e 2013, em 183 países, a mortalidade por hepatite B e C aumentou em 63% e deu fim à vida de 96% das pessoas que foram infectadas com ela. Doenças como a AIDS, que matou 1,3 milhão de pessoas em 2013, e a tuberculose, que resultou em 1,4 milhão de óbitos, não alcançam as 1,45 milhão de pessoas que morrem todos os anos de hepatite viral.

A doença atingiu com mais força os habitantes da Ásia Oriental de todas as camadas sociais. Um dos maiores obstáculos para diagnosticá-la é que seus sintomas não costumam ser um sinal de alerta. Entre eles estão náusea, fadiga e falta de apetite, sinais que podem ser confundidos com um simples estresse.

<https://br.historyplay.tv/noticias/saiba-qual-e-doenca-mais-mortal-do-planeta>

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

01. Segundo o texto, a hepatite é uma das doenças mais letais existentes.
02. De acordo com o segundo parágrafo, a hepatite C é a que mais causa mortalidade em todo o mundo.
03. Os sintomas da hepatite podem ser coincidentes com os de um mero estresse, o que dificulta o diagnóstico.

04. A mortalidade por hepatite B e C aumentou em 63% e matou 96% das pessoas que foram infectadas com ela no Brasil.

05. A classificação dos vírus por letras do alfabeto é baseada em uma ordem crescente de mortalidade.

06. A supressão da vírgula após "AIDS" (3º parágrafo) alteraria o sentido original e prejudicaria a coerência do texto.

morrem todos os anos de hepatite viral.

07. Sem prejuízo para a correção gramatical e os sentidos originais, o período "O país registrou 40.198 casos novos de hepatites virais em 2017" (2º parágrafo) poderia ser reescrito da seguinte maneira: Registrou-se, em 2017, 40.198 casos novos de hepatites virais.

08. Em "a mortalidade por hepatite B e C aumentou em 63%" (3º parágrafo) a forma verbal poderia ser flexionada no plural, sem prejuízo gramatical.

09. No último parágrafo, o segmento "é que" poderia ser suprimido sem prejuízo ao texto, uma vez que seu valor é meramente de realce.

10. Em "à vida de 96% das pessoas", o acento grave indicativo de crase é obrigatório.

TEXTO II**O que é especulação financeira?**

A especulação financeira é uma aposta na valorização de um ativo com o objetivo de obter lucros muito acima da média do mercado em um curto espaço de tempo, assumindo, para isso, riscos maiores do que os investidores comuns. Essa definição aplica-se no plano individual, ou seja, para explicar quem seria um especulador dentro do mercado de ações.

Também podemos definir a especulação financeira na economia de forma mais ampla, olhando para o mercado como um todo. Nessa perspectiva, a especulação financeira é o movimento de valorização de ativos baseada na crença de que um cenário econômico continuará favorável a novas altas de preços.

Em alguns casos, essa percepção é fruto de um otimismo excessivo. No caso das ações, é uma espécie de ciclo em que a própria subida dos preços acaba atraindo mais investidores que, devido à lei da oferta e da procura, acabam levando a novas altas nos preços.

Como o capital financeiro é mais volátil do que a economia real, é possível que esse ciclo de alta das ações ocorra sem que corresponda a um crescimento da produção, ou seja, sem uma base sólida na economia que justifique tal aquecimento.

Esse movimento pode ser desencadeado de forma intencional por alguns setores do mercado ou não. Quando chega a um ponto extremo, pode levar a um *crash*, ou seja, ao estouro da bolha especulativa, com uma desvalorização repentina nos valores dos ativos, que pode ter consequências para a economia como um todo.

A especulação financeira na década de 1920, que foi marcada por uma grande euforia nos Estados Unidos, é um dos fatores usados para explicar a Quebra da Bolsa de Nova York em 1929, que deu origem à Grande Depressão, considerada a mais grave crise no século XX.

<https://www.dicionariofinanceiro.com/especulacao-financeira/>

Considerando as ideias veiculadas no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 11.** O primeiro parágrafo do texto traz uma definição.
- 12.** De acordo com o texto, especulação financeira é uma aposta na valorização de ativos com intuito de obter lucro em curto prazo.

13. Infere-se do texto que um especulador está mais propenso a assumir riscos superiores aos considerados razoáveis.

14. Em sua definição mais ampla, especulação financeira é o movimento de valorização de ativos baseada em otimismo excessivo quanto a novas altas de preços.

15. O autor menciona a Quebra da Bolsa de Nova York em 1929 para exemplificar a possibilidade de uma especulação, elevada a patamares demasiadamente elevados, implicar grave crise financeira.

16. As vírgulas após “casos” e “ações” (3º parágrafo) se justificam pela mesma regra gramatical.

17. A preposição “de” após “crença” (2º parágrafo) introduz um complemento.

18. Na expressão “essa percepção é fruto de um otimismo excessivo” (3º parágrafo), verifica-se emprego de linguagem figurada.

19. O sujeito da forma verbal “podemos” (2º parágrafo) é indeterminado.

20. A substituição de “em que” por “aonde” (3º parágrafo) prejudicaria a correção gramatical.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 21.** A visão do cidadão como cliente para os serviços públicos ofertados pelo Estado é típica da administração pública burocrática.
- 22.** O modelo gerencial da administração pública pressupõe uma maior liberdade gerencial aos gestores públicos, de maneira que seja potencializada a cobrança de resultados.
- 23.** A administração pública gerencial não adota os mesmos pressupostos da iniciativa privada, em termos de planejamento, controle e resultados.
- 24.** A reforma administrativa executada através do Decreto-Lei nº 200/1967, conseguiu eliminar as práticas patrimonialistas nos diversos níveis da administração pública.
- 25.** A reforma do DASP no governo de Getúlio Vargas objetivava superar o modelo burocrático e instaurar uma máquina pública mais eficiente.
- 26.** Após a reforma do Decreto Lei 200/67, foi deflagrado um processo de municipalização da gestão pública e, conseqüentemente, de concessão de maiores poderes aos municípios.
- 27.** A governança pública é busca atender aos interesses da sociedade através da implantação de políticas públicas, sem desprezar o equilíbrio financeiro e fiscal do Estado.
- 28.** O termo accountability está relacionado estritamente ao cumprimento de normas legais e estatutárias de um órgão público.
- 29.** O controle social, ou popular, refere-se à participação da sociedade, como um todo, na elaboração, acompanhamento e monitoramento do

poder público. Desta forma, a própria sociedade exerceria, então, o controle sobre o Estado.

- 30.** O Portal da Transparência do Governo Federal foi lançado em 2004 e é responsabilidade do Tribunal de Contas da União, que recebe os dados de diversos órgãos do governo e disponibiliza em seu portal

ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

Dados Abertos são dados que são livremente disponíveis para todos utilizarem e redistribuírem como desejarem, sem restrição de licenças, patentes ou mecanismos de controle. Na prática, a filosofia de dados abertos estipula algumas restrições tecnológicas para que os dados sejam legíveis por máquina.

Fonte: <http://www.dados.gov.br/pagina/faq#q2>

- 31.** As chamadas três “leis” dos dados abertos não são leis no sentido literal, promulgadas por algum Estado. São, em suma, um conjunto de premissas para avaliar se um dado pode, de fato, ser considerado aberto.
- 32.** O Portal Brasileiro de Dados Abertos é o ponto central para a busca e o acesso aos dados públicos no Brasil. Sendo o Tribunal de Contas da União (TCU) o órgão responsável pela catalogação e consolidação no portal dos dados dos órgãos que terão informações publicadas na Internet.
- 33.** Se o dado não pode ser encontrado e indexado na Web, ele pode ser disponibilizado nas dependências do órgão e ser considerado um dado aberto.

- 34.** Em 2007, um grupo de trabalho de 30 pessoas reuniu-se na Califórnia, Estados Unidos da América, para definir os princípios dos Dados Abertos Governamentais. Chegaram num consenso sobre os seguintes 8 princípios: completos, primários, atuais, acessíveis, processáveis por máquina, acesso não discriminatório, formatos não proprietários e licenças livres.
- 35.** Seguindo todas as etapas do ciclo de vida do dado proposto por Ricardo César Gonçalves Sant'Ana, o dado precisa ser coletado e recuperado. O tratamento só é necessário se o dado não estiver corrompido.
- 36.** Índices são estruturas de um banco de dados que armazenam um endereço de memória para encontrar um registro específico desejado mais rapidamente. Logo, desempenho no retorno das consultas e quantidade de índices são grandezas diretamente proporcionais.
- 37.** Índices clusterizados não são ordenados de acordo com o registro físico.
- 38.** É defeso a criação de índices em um campo que servirá de chave primária para uma tabela.
- 39.** No modelo entidade-relacionamento, os atributos descrevem as propriedades e características de uma determinada entidade.
- 40.** Metadados são geralmente descritos como dados sobre dados. Metadados são essenciais na organização e classificação de conjuntos de dados. Todo conjunto de dados estruturado, como XML e JSON, faz uso de metadado para descrever a estrutura e os tipos de dados contidos no conjunto.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

- 41.** O procedimento de auditoria adequado para identificação do cálculo da receita corrente líquida, que servirá de base do cálculo dos limites de pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal aplicável aos Estados, é a revisão analítica.
- 42.** A variação de quantitativa da despesa executada de um órgão público nos exercícios de 2019 e 2020 justifica a adoção do procedimento de inquérito pelo auditor.
- 43.** Em razão dos dados contidos no Balanço Patrimonial, o auditor governamental deverá realizar exame documental para identificação de possíveis fraudes na escrita contábil.
- 44.** Situação hipotética: Um auditor governamental realizou a análise de pedidos de fornecimento de material de limpeza, constatando se eles haviam sido assinados pelo gerente de compras, como estabelecido na política de determinado órgão público.
- 45.** As informações que fundamentam os resultados de auditoria, denominadas evidências, podem ser utilizadas pelo auditor governamental mesmo no caso de apresentarem erro.
- 46.** A fim de estabelecer o escopo da auditoria durante sua fase de planejamento, o auditor pode utilizar procedimentos de revisão analítica, que fazem parte dos testes substantivos.
- 47.** Ao utilizar informações comparáveis de períodos anteriores para estabelecer relações plausíveis entre dados financeiros e dados não financeiros da entidade auditada, o auditor está aplicando um procedimento analítico de auditoria.

- 48.** Preliminarmente aos trabalhos de auditoria independente das demonstrações contábeis, o profissional responsável deve avaliar a conformidade com os requisitos éticos, incluindo-se a independência da equipe de trabalho em relação ao auditado, conforme exigido pelas normas aplicáveis.
- 49.** Testes de observância em auditoria estão intimamente ligados à verificação do cumprimento dos procedimentos de controles internos da auditoria.
- 50.** A constatação da existência real e da integridade das transações evidenciadas nos relatórios contábeis é o principal objetivo dos testes de observância.
- 51.** Ao planejar e executar a auditoria de demonstrações contábeis, o auditor deve considerar as circunstâncias envolvidas, a magnitude e a natureza das distorções, ou a combinação de ambos.
- 52.** A opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis assegura a viabilidade futura da entidade, assim como assegura a eficiência da administração na conduta dos negócios dessa entidade.
- 53.** O auditor deve, antes de expressar uma opinião, ter obtido segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente de terem sido causadas por fraude ou erro.
- 54.** O auditor, no caso de ter tido conhecimento de informações que o tenham levado a encontrar um valor distinto para as demonstrações contábeis, deverá revisar a materialidade para essas demonstrações no seu todo.
- 55.** Quanto menor for o risco de distorção relevante, menores serão os riscos de a detecção ser consentida pelo auditor.

CONTROLE EXTERNO

Considerando a legislação, a doutrina e a jurisprudência sobre o controle externo, julgue os itens a seguir.

- 56.** Em âmbito federal, a titularidade do controle externo pertence ao Congresso Nacional, ao passo que nos estados e nos municípios a titularidade desse controle será exercida pela assembleia legislativa local.
- 57.** A supervisão ministerial é um controle por vinculação, no qual um órgão da administração direta realiza a tutela de uma entidade administrativa, sem relação de hierarquia.
- 58.** As decisões dos tribunais de contas, em matéria de sua competência, não se submetem a recurso dirigido ao Poder Legislativo, mas podem ser objeto de invalidação perante o Poder Judiciário em virtude de ilegalidade grave ou formal.
- 59.** O controle externo, em sentido amplo, trata de todo o controle que um Poder poderá realizar, legitimamente, sobre a atuação do outro. Porém, somente a Constituição ou as leis são instrumentos hábeis para criar uma forma de intervenção de um Poder sobre as prerrogativas de outro.
- 60.** O controle realizado pelos tribunais de contas classifica-se como controle legislativo.
- 61.** Aplicam-se aos conselheiros dos tribunais de contas, de forma subsidiária, as normas previstas no estatuto dos servidores públicos, ainda que não exista previsão semelhante na Lei Orgânica da Magistratura.
- 62.** É inconstitucional a atribuição, aos tribunais de contas estaduais, de competência para homologação dos cálculos das cotas do ICMS devidas aos municípios.

- 63.** O julgamento das contas dos prefeitos municipais será realizado pelas câmaras municipais, cabendo ao TCE RJ emitir um parecer prévio, de caráter técnico, mas não vinculante.
- 64.** O parecer prévio emitido pelo TCE RJ sobre as contas do governador somente deixará de prevalecer mediante decisão de dois terços dos membros da assembleia legislativa.
- 65.** No caso de ilegalidade em contrato, caberá ao Tribunal de Contas da União fixar prazo para o exato cumprimento da lei. Se a decisão não for acatada pela autoridade administrativa competente, no prazo fixado, caberá ao Tribunal representar ao Congresso Nacional para que as medidas cabíveis sejam adotadas.
- 66.** O Presidente da República indica três membros do TCU, sendo os dois primeiros entre os auditores e membros do Ministério Público, enquanto um será de livre escolha, entre os brasileiros que atendam aos requisitos definidos na Constituição Federal. Somente este último será submetido à apreciação do Senado, enquanto os outros dois são nomeados diretamente, já que escolhidos por meio de lista enviada pelo Tribunal.
- 67.** O controle de legalidade realizado pelo Poder Judiciário não se confunde com o controle realizado pelos tribunais de contas. O Judiciário não faz controle de ofício, ao passo que o tribunal de contas faz; além disso, o Judiciário tem competência para anular um ato, ao passo que o tribunal de contas fixa prazo para a correção da ilegalidade.
- 68.** Insere-se nas atribuições do TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, incluídas as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- 69.** Compete ao Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, apreciar a constitucionalidade das

leis e dos atos do poder público, exercendo esse controle da via difusa.

- 70.** Compete aos tribunais de contas, por expressa previsão constitucional, emitir medidas cautelares destinadas a proteger o patrimônio público.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Em relação aos poderes da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 71.** No exercício do poder discricionário, o agente pode fazer um juízo de conveniência e oportunidade, caracterizando certa margem de liberdade de atuação, respeitados os limites da lei, da razoabilidade e da proporcionalidade.

- 72.** O poder disciplinar, por se manifestar no âmbito interno da administração, autoriza a delegação e avocação de competências, que não dependem de relação hierárquica.

- 73.** O poder de polícia decorre de um vínculo específico existente entre a administração e o particular, o que permite a aplicação de restrições ou condicionamentos em suas atividades privadas.

Acerca da organização administrativa e das entidades paraestatais, julgue os itens a seguir.

- 74.** O regime de parcerias instituído pela Lei nº 13.019/2014 é aplicável às parcerias firmadas entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

- 75.** Enquadram-se no conceito de organização da sociedade civil as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

76. O chamamento público, no âmbito do regime de parcerias estabelecido com as organizações da sociedade civil, é o procedimento adotado para selecionar essas organizações para firmar termo de colaboração ou de fomento.

Acerca do controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

77. O controle dos atos ou condutas administrativas pode ser realizado de forma concomitante ao seu processo de formação, como ocorre na fiscalização de uma obra durante a sua realização, por exemplo.

78. O controle de mérito incide sobre a legalidade, conveniência ou oportunidade dos atos controlados, incidindo sobre os atos discricionários e vinculados.

79. O controle finalístico exercido pela administração direta sobre a indireta é aquele em que não existe hierarquia, mas vinculação, razão pela qual é considerado pela doutrina como um controle limitado e não presumido.

Sobre o processo administrativo nos âmbitos federal e estadual, julgue os itens a seguir.

80. Os atos administrativos devem ser motivados, com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que justifiquem a sua prática, quando deixarem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais.

81. A competência é renunciável e admite delegação, em razão de circunstâncias de natureza técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

82. As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os elementos necessários à tomada de decisão no âmbito dos processos administrativos estaduais realizam-se de ofício, o que prejudica, de certa maneira, o direito dos interessados de requerer a produção de provas e a realização de diligências.

Acerca das licitações públicas e do pregão, julgue os itens a seguir.

83. O pregão é modalidade licitatória para aquisição de bens e serviços comuns, podendo ser utilizado, inclusive, nas compras e contratações de bens e serviços comuns efetuados pelo sistema de registro de preços.

84. O impedimento de licitar e contratar com a União, estados, Distrito Federal ou municípios, como sanção estabelecida no procedimento do pregão, será pelo prazo de até cinco anos, e não impede a aplicação de outras sanções, como a de multa.

85. Caso, no procedimento do pregão, os licitantes não manifestem intenção de recorrer de forma imediata e motivada, decairá do direito de recurso, devendo o pregoeiro enviar o processo licitatório para a autoridade competente, que deverá adjudicar e de homologar o certame.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Julgue as afirmações a seguir, sobre os direitos e deveres individuais e coletivos:

86. No caso de iminente perigo público ou na vigência de estado de sítio, o Poder Público poderá ocupar temporariamente propriedade particular, não havendo que se falar em indenização.

No estado de sítio, também é possível que o Poder Público promova a requisição de bens.

87. Embora a legitimidade ativa na ação popular pertença exclusivamente aos cidadãos, admite-se que pessoas jurídicas, na qualidade de substitutas processuais, possam vir a propor a ação, defendendo em nome próprio interesse difuso e de titularidade coletiva.

Julgue os próximos itens, a respeito da função fiscalizatória exercida pelo Poder Legislativo e pelos Tribunais de Contas:

88. O Tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro tem competência para apreciar as contas do Prefeito do Rio de Janeiro, sendo o julgamento de suas contas responsabilidade da Câmara Municipal.

89. Apesar da autonomia de que goza o Tribunal de Contas da União, suas atribuições restringem-se ao auxílio técnico e à emissão de pareceres técnicos ao Poder Legislativo.

No que diz respeito à organização do Estado brasileiro, julgue o que se afirma abaixo:

90. Entende o STF que a competência privativa da União para legislar sobre meio ambiente não impede a disciplina do tema por parte dos municípios, naquilo que diga respeito estritamente ao interesse local.

No que diz respeito ao Poder Legislativo, conforme normas estabelecidas pela Constituição Federal, julgue o que segue:

91. Em nome do princípio da separação dos poderes, conforme entendimento firmado pelo STF, as CPIs não têm poderes para investigar decisões judiciais.

92. A imunidade material dos deputados e senadores é ampla, não se restringindo ao âmbito do Congresso Nacional, abrangendo, inclusive, palavras proferidas em entrevistas jornalísticas e transmissões para a imprensa. No entanto faz-se necessário verificar a relação de pertinência entre as manifestações proferidas pelos membros desse Poder e a atividade parlamentar.

Julgue o que se afirma a seguir, sobre o procedimento previsto para as Emendas Constitucionais:

93. Tanto a iniciativa parlamentar de propostas de emendas à Constituição, quanto o direito de contestar judicialmente o trâmite de projetos de reforma de seu texto, manifestamente ofensivos ao processo legislativo, devem ser exercidos por meio de ato coletivo do Congresso Nacional.

Julgue o que se afirma abaixo, considerando o que dispõe a atual Constituição acerca das Finanças Públicas:

94. Será inconstitucional lei autorizando o depósito de disponibilidades de caixa dos Estados e dos municípios em instituições financeiras não oficiais.

Julgue o que segue, a respeito da disciplina relacionada às Funções Essenciais à Justiça:

95. Diferentemente do que ocorre para a nomeação do Procurador-Geral da República, a escolha do Advogado-Geral da União é feita livremente pelo Presidente da República, não sendo exigida a confirmação pelo Senado Federal.

Julgue a próxima assertiva, a respeito do Poder Judiciário no Brasil:

96. O STF tem competência originária para processar e julgar os conflitos federativos envolvendo Estados.

Julgue o item que se segue, relativo às regras atinentes ao Poder Executivo, presentes na CF/88:

97. Segundo o STF, a competência para prover, mas não para desprover cargos públicos, poderá ser delegada pelo Presidente da República ao Advogado-Geral da União.

Analisando-se as normas referentes aos direitos de nacionalidade previstos na CF/88, julgue o que se afirma a seguir:

98. A Constituição exige que todos os Ministros do STF possuam a nacionalidade originária, mas apenas seis assentos no Conselho da República deverão ser ocupados por brasileiros natos.

Com base nas regras constitucionais atinentes aos partidos políticos, julgue o que se segue:

99. Em razão da autonomia inerente aos partidos políticos, estes poderão definir livremente sua estrutura interna, organização e funcionamento, bem como estabelecer o regime de suas coligações nas eleições majoritárias e proporcionais.

Sobre os direitos sociais elencados na Constituição Federal, julgue o que se afirma abaixo:

100. A Constituição Federal não estendeu aos servidores públicos e aos trabalhadores domésticos o direito ao FGTS.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AFO

101. Julgue o item a seguir, conforme a lei 4.320:

A receita pública pode ser classificada como Correntes e de Capital. Dentre aquelas, estão as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas de capital.

102. Julgue o item a seguir, conforme a lei 4.320:

São Receitas de Capital somente as seguintes: as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.

103. Julgue o item a seguir, conforme a LRF:

A LRF não se aplica a Fundação Pública constituída sob o regime de direito privado, ainda que o custeio das despesas correntes advenha do seu ente instituidor.

104. Julgue o item a seguir, conforme a LRF:

Para os efeitos da LRF, entende-se como ente da Federação as entidades criadas pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, e que integram a administração indireta.

105. Julgue o item a seguir, conforme a LRF:

A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, desde que em duplicidade.

106. Julgue o item a seguir, conforme a LRF:

Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem até o 1º ano do mandato do sucessor do atual mandatário.

107. Julgue o item a seguir, conforme a LRF:

É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade não precisa ou com dotação sem limites.

108. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro. Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido, estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, ressalvado por antecipação de receita e o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

109. Em relação à classificação oficial das despesas públicas, pode-se afirmar que a classificação institucional da despesa orçamentária reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos, como a função e subfunção.

110. A Lei de Responsabilidade Fiscal traz como exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, comprovação, por parte do beneficiário, do cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

111. No tocante às classificações doutrinárias, as receitas orçamentárias não efetivas são aquelas em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento de direito e constituem obrigações correspondentes, portanto, um fato contábil permutativo.

112. Julgue o item a seguir, conforme a LRF:

Verificado que, ao final de um bimestre, a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, o Governador promoverá no âmbito do Poder Executivo, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

113. Julgue o item a seguir, conforme a LRF:

Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, e se a Comissão de Orçamento Mista autorizar.

114. Julgue o item a seguir, conforme a LRF:

Somente são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. Esse rol é taxativo, não se admitindo que outros sejam criados.

115. Julgue o item a seguir, conforme a CF88:

Admite-se que o Presidente da República, em crise de larga escala para conter crise sistêmica decorrente do Coronavírus, edite medida provisória que trate de dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público.

116. Julgue o item a seguir, conforme a CF88:

A lei que tratar do plano plurianual deve estabelecer, de modo regionalizado, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

117. Julgue o item a seguir, conforme a CF/88:

Decreto do Poder Executivo instituirá as diretrizes para o cumprimento das despesas classificadas como restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório, conforme disposto pela Constituição para emendas impositivas.

118. No tocante às emendas impositivas, julgue o item a seguir:

Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que observe critérios objetivos e imparciais e que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.

119. Julgue o item a seguir, conforme dispositivo na CF/88:

Não é possível iniciar programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, muito menos realizar despesas ou assumir de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

120. No tocante às emendas parlamentares, julgue o item a seguir:

As programações orçamentárias relativas a emendas parlamentares individuais, quando atendido os limites constitucionais, serão sempre de execução obrigatória.

ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

De acordo com informações da Organização Mundial da Saúde atualizadas às 16h40 desta terça-feira (17/03), houve 184.976 casos confirmados e 7.529 mortes em decorrência do novo coronavírus (Covid-19) em 159 países e territórios.

TABELA CORONA

PAIS	CASOS
China	82.007
Itália	27.980
Irã	16.169
Espanha	11.178
Coreia do Sul	8.320
França	6.573

Alemanha 6.012

Estados Unidos 3.536

Fonte:

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/16/coronavirus-veja-quais-paises-ja-registraram-casos-da-doenca.ghtml>

Tendo o texto como motivação, e partindo do princípio que a tabela está disponível em um banco de dados relacional, responda os itens abaixo:

121. SELECT COUNT(*) FROM CORONA retorna o total de casos de todos os países.

122. SELECT * FROM CORONA WHERE PAIS LIKE %a retorna 1 registro.

123. INSERT INTO CORONA (CASOS, PAIS) VALUES (250, 'BRASIL') é uma declaração SQL do tipo DML válida para inserir o Brasil na tabela.

124. SQL é uma linguagem declarativa que possui um tipo de instrução classificado como DDL. Nessa categoria, poderia ser utilizada a instrução ALTER TABLE ADD COLUMN MORTES com o objetivo de inserir uma nova tupla na tabela.

125. Tabela é um conjunto não ordenado de tuplas. Portanto, para listar os países ordenados de forma crescente por casos o comando necessário seria: SELECT * FROM CORONA ORDER BY CASOS CESC

126. A partir de um big data analytics, são utilizados softwares capazes de tratar Big Data e transformá-los em informações úteis para a sociedade.

O Governo do Estado de São Paulo fez o primeiro sequenciamento genético do novo coronavírus (COVID-19) da América Latina e está entre os pioneiros do mundo. O genoma do SARS-Cov-2, causador da doença em circulação internacional, foi sequenciado no Instituto Adolfo Lutz, laboratório estadual de referência para o Brasil. O trabalho foi concluído apenas 48 horas após a confirmação do primeiro caso de COVID em São Paulo. Análises preliminares indicam que o genoma identificado no Brasil difere-se por três mutações da cepa de referência de Wuhan, na China. Duas dessas mudanças se aproximam à cepa da Alemanha.

Fonte:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/governo-de-sp-faz-sequenciamento-genetico-inedito-de-coronavirus-na-america-latina/>

Julgue os itens 127 e 128 de acordo com as informações apresentadas no texto.

127. Uma técnica de mineração que pode ser utilizada no caso de mapeamento genético apresentado é a clusterização/agrupamento, que possui o objetivo de identificar indivíduos semelhantes.

128. A técnica de associação realiza identificação de grupos de dados que apresenta coocorrência. Portanto, a partir das informações apresentadas conclui-se que o brasileiro infectado esteve na Alemanha.

129. Considerando os dados disponíveis, a técnica de data mining adequada para saber quantas pessoas infectadas existirão em Abril de 2020 é a regressão.

130. Em um estudo sobre o COVID-19 foi utilizada uma das técnicas de estatística conhecida como descritiva, cujo principal objetivo é ser a etapa preliminar da análise utilizada para descrever e resumir os dados utilizando de técnicas visuais, como o gráfico apresentado.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

131. O objetivo precípua da documentação de auditoria é apresentar a identificação dos supostos autores de não conformidades, a análise de impacto dos danos causados e os valores a serem ressarcidos.

132. Os testes de observância objetivam a obtenção de evidências quanto à suficiência, exatidão e validação dos dados produzidos pela instituição auditada.

133. Em auditoria, os métodos de seleção de amostras limitam-se a três: a seleção aleatória, a sistemática e a de blocos.

134. Nas auditorias, os seguintes procedimentos devem ser realizados pelos auditores governamentais, o exame documental, que consiste em observar se as transações realizadas estão devidamente documentadas, se a documentação que suporta as operações contém indícios de inidoneidade e se profissionais competentes realizaram as transações e produziram a documentação-suporte; e a conferência de cálculos, que consiste em conferir a apuração realizada por terceiros e, fazendo-se necessária a efetivação de apurações próprias, compará-las, ao final, com aquelas apresentadas pelo fiscalizado.

135. A prioridade dos controles internos administrativos é a correção de eventuais desvios em relação a parâmetros estabelecidos.

136. Nem toda organização está sujeita à ocorrência de fraude e corrupção; devendo-se, por isso, avaliar a abrangência e a profundidade da implantação de controles considerando-se, em primeiro plano, o tamanho e a natureza da organização.

137. É sempre possível adotar controles para o combate à fraude e à corrupção, contudo eles devem ser empregados de forma a promover, no menor tempo e custo admissíveis, a disponibilização aos cidadãos dos resultados desse combate.

138. Os benefícios decorrentes da implantação de controles antifraude e anticorrupção devem ser maiores que os seus custos.

139. Acerca de governança no setor público, avalie o item a seguir.

A governança no setor público pode ser analisada sob as seguintes perspectivas: sociedade e Estado; entes federativos, esferas de poder e políticas públicas; órgãos e entidades; e atividades intraorganizacionais.

140. A governança de órgãos e entidades da administração pública envolve três funções básicas: avaliar; direcionar; orientar e certificar os resultados.

141. O princípio de equidade na governança pública diz respeito ao zelo que os agentes de governança devem ter pela sustentabilidade das organizações visando a sua longevidade e incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

142. Os componentes dos mecanismos de governança pública são assinalados pela liderança, pelo comando e pelo controle.

143. Os fatores que compõem o denominado triângulo da fraude consistem em conduta, hábito e fraqueza.

144. No que se refere aos princípios fundamentais subjacentes aos componentes de controle interno, o Ambiente de Controle compreende a avaliação, entre outras, de que a organização tem compromisso com a integridade e os valores éticos.

145. Na avaliação inicial de uma empresa auditada, o auditor independente detectou a possibilidade de a entidade não vir a concretizar um importante contrato de financiamento, por não atender aos pré-requisitos estabelecidos pela instituição financeira.

Nessa situação hipotética, de acordo com as normas de auditoria vigentes, identifica-se um exemplo de risco de negócio.

146. A existência de nota explicativa às demonstrações financeiras que descreva incerteza relacionada ao resultado de ação judicial trabalhista movida contra a empresa auditada permite ao auditor manter o relatório de auditoria sem mudança de opinião.

147. No que se refere à qualidade de uma evidência de auditoria, avalie o item a seguir.

Uma resposta em reunião presencial a uma indagação feita por representação verbal de membro da administração e o envio de uma resposta por email têm o mesmo nível de confiabilidade.

148. A ausência de registro a valor presente de parcela relevante da conta fornecedores, com consequente efeito generalizado nas demonstrações contábeis, justifica a inclusão de um parágrafo de ênfase no relatório de determinado auditor.

149. Ao estabelecer a forma, o conteúdo e a extensão da documentação de auditoria, o auditor poderá ignorar a natureza e a extensão das exceções identificadas, bem como os riscos de distorção relevantes identificadas.

150. De acordo com o art. 74 da Constituição Federal de 1988 (CF), os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com algumas finalidades. Nesse sentido, julgue o item a seguir, a respeito da governança no setor público.

Ao mencionar que os controles internos devem “avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União”, o inciso I do artigo constitucional em questão mostra-se contraditório com as características descritas pelo COSO ICIF 2013, em que o controle interno é planejado para assegurar tanto o alcance dos objetivos relacionados às operações, quanto a produção de relatórios e a adequação às normas.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Acerca das disposições previstas na NBC TSP – Estrutura Conceitual, julgue as assertivas a seguir:

151. Alguns usuários da informação contábil podem ter a prerrogativa de exigir a elaboração de relatórios para atender às suas necessidades específicas. Mesmo que esses usuários identifiquem que a informação fornecida pelos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) seja útil aos seus propósitos, esses relatórios não são elaborados especificamente para atender a essas necessidades.

152. Para que as informações financeiras e não financeiras representem fielmente os fenômenos econômicos elas devem ter valor confirmatório, preditivo ou ambos.

153. Uma ou mais características qualitativas podem ser sacrificadas até certo ponto para reduzir o custo incorrido para fornecer e utilizar as informações contábeis.

154. Os aumentos no valor do ativo não são refletidos no modelo do custo histórico. No entanto, o montante do ativo pode ser reduzido ao se reconhecer a redução ao valor recuperável.

Acerca dos Procedimentos Contábeis Orçamentários, julgue as assertivas a seguir:

155. O superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior pode ser utilizado como fonte para abertura de créditos suplementares e especiais e deve ser reconhecido como receita orçamentária.

156. O regime orçamentário está previsto na NBC TSP – Estrutura Conceitual, a qual estabelece que as despesas orçamentárias devem ser reconhecidas no momento do empenho.



Fonte: <https://clebertoledo.com.br/negocios/ja-prevendo-queda-da-receita-por-conta-do-novo-coronavirus-tocantins-pede-alongamento-das-dividas-com-uniao-e-organismos-internacionais/>

157. Considerando a provável queda na arrecadação, o Estado poderá utilizar-se da reserva de contingências para fazer frente a medidas de prevenção do vírus COVID-19.

158. Caso o alongamento das dívidas com a União e organismos internacionais seja efetivada, poderá configurar a ocorrência de uma variação patrimonial qualitativa, caso ocorra transferência de dívida de curto prazo (flutuante) para longo prazo (fundada).



Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/museu-nacional-recebe-doacoes-de-pecas-de-instituicao-da-austria>

Tendo como base o disposto na notícia acima, a legislação aplicável à Contabilidade Pública e a hipótese de que a doação noticiada não possui imposições atreladas, julgue os itens a seguir:

159. Quando as peças chegarem ao Museu Nacional, haverá o reconhecimento de ativos decorrentes da transação sem contraprestação (doação), a qual impactará o resultado patrimonial do exercício.

160. As peças do acervo doado deverão sofrer o reconhecimento da depreciação, a fim de apresentar ao longo do tempo o real valor do acervo.



<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/19/profissionais-alertam-para-falta-de-mascaras-indicadas-para-casos-de-coronavirus-no-rio.ghtml>

Tendo como base o disposto na notícia acima e a legislação aplicável à Contabilidade Pública, julgue os itens a seguir:

161. Os estoques de máscaras de proteção da Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro para uso pelos profissionais de saúde devem ser mensurados no balanço patrimonial do Estado do Rio de Janeiro pelo valor de custo histórico ou valor realizável líquido, dos dois o menor, desde que não sejam classificados como bens de almoxarifado.

162. Caso a Secretaria de Saúde implemente política pública para distribuição gratuita de máscaras à população como mecanismo de proteção ao COVID-19, os estoques de máscaras adquiridos deverão ser mensurados pelo preço médio ponderado das compras.



© 19/03/2020 | 15:15

Vale deve destinar R\$ 5 milhões para conclusão de ala hospitalar

Justiça confirma acordo entre Estado e Vale para aplicar mais de R\$ 5 milhões em atendimento de pacientes da Covid-19

De acordo com a decisão judicial desta quinta-feira (19), a Vale terá que destinar o valor de R\$ 5.241.162,90 para a conclusão das obras da ala D do Hospital Eduardo de Menezes, em Belo Horizonte, voltada ao isolamento de pacientes infectados pelo novo coronavírus (Covid-19) e também para a compra de equipamentos para enfrentamento da pandemia.

O Governo de Minas Gerais, por meio da Advocacia-Geral do Estado, obteve a homologação em acordo judicial com a Vale, em decisão proferida pelo juiz estadual Elton Pupo Nogueira, da 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias em Minas Gerais, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Nas razões da decisão, o juiz Elton Pupo afirmou que: "É de conhecimento público a dificuldade financeira em que se encontra o Estado de Minas Gerais, ao mesmo tempo em que são gravíssimas as consequências da pandemia de coronavírus que exige atuação urgente e utilização de recursos financeiros que o Estado não dispõe".

Tendo como base o disposto na notícia acima e a legislação aplicável à Contabilidade Pública, julgue os itens a seguir:

163. Na data do recebimento dos recursos financeiros para a ampliação do hospital público Eduardo de Menezes haverá o registro contábil em contas de natureza patrimonial e de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

164. Na data do recebimento dos recursos financeiros haverá o reconhecimento de uma variação patrimonial aumentativa, fato que impactará positivamente o resultado patrimonial do exercício.

165. O Hospital Público, na qualidade de autarquia estadual, deverá aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público, para fins de prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão.

166. Se em 2021 o hospital público resolver alugar toda essa ala hospitalar a uma clínica privada, deverá reconhecer na oportunidade a ala como propriedade para investimento, reclassificando-a do ativo não circulante imobilizado para o ativo não circulante investimentos.

Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue as assertivas a seguir:

167. O resultado patrimonial do exercício, evidenciado pela Demonstração das Variações Patrimoniais, é impactado positivamente no momento da arrecadação de receitas tributárias.

168. O superávit financeiro apurado no balanço financeiro é obtido quando há ingressos maiores que dispêndios.

169. O saldo patrimonial é obtido pelo confronto entre o ativo real e o passivo real no âmbito do balanço patrimonial.

170. Segundo a estrutura da Lei n. 4.320/64, os ativos e passivos são classificados no balanço patrimonial pelo grau decrescente de conversibilidade e exigibilidade, respectivamente.

CONTROLE EXTERNO

Considerando as disposições da Lei Orgânica do TCE-RJ, julgue os itens a seguir.

171. Os relatórios trimestrais sobre as atividades do TCE serão enviados à Assembleia Legislativa e às Câmaras Municipais, titulares do controle externo, no prazo de sessenta dias a contar do término de cada período.

172. Os responsáveis pela aplicação dos recursos provenientes de compensações financeiras ou indenizações recebidas pelo Estado, resultantes do aproveitamento, por terceiros, da exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural da bacia sedimentar terrestre e da plataforma continental se submetem à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que esses recursos pertencem efetivamente aos entes locais.

173. Os processos de prestação de contas anuais deverão ser remetidos ao TCE-RJ no prazo de cento e oitenta dias, contados do encerramento do exercício.

174. Nos processos de tomada ou prestação de contas, a decisão provisória é aquela adotada quando o Tribunal ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis.

175. Quando julgar as contas regulares com ressalvas, o Tribunal não dará quitação ao responsável, mas emitirá determinações.

176. As contas serão apresentadas pelo Governador, concomitantemente, à Assembleia Legislativa e ao Tribunal, dentro de sessenta dias, após a abertura da sessão legislativa.

177. As denúncias direcionadas ao TCE-RJ serão tratadas sob sigilo até a decisão que reconhecer a admissibilidade do processo, tramitando de forma pública a partir de então.

178. Na ausência ou impedimento do Vice-Presidente do TCE-RJ, o Presidente será substituído pelo conselheiro corregedor.

Considerando as disposições do Regimento Interno do TCE do Rio de Janeiro, julgue os itens seguintes.

179. A auditoria governamental especial é autorizada pelo Presidente do TCE, a partir de solicitação, em cada caso, de conselheiro ou do representante do Ministério Público, ou ainda, do Secretário-Geral de Controle Externo.

180. O monitoramento é o instrumento de fiscalização da auditoria governamental adotado para verificar, in loco, a execução de contratos.

181. A tomada de contas especial poderá ocorrer a partir de conversão, quando o Tribunal verificar, em um processo de fiscalização, a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário.

182. Entre outras penalidades, o Tribunal poderá aplicar a pena de inabilitação para o exercício de cargo público, na administração estadual, por prazo não superior a cinco anos.

183. A oitiva da parte é incompatível com os pressupostos de concessão de tutela provisória.

184. A fungibilidade recursal poderá ser aplicada, desde que respeitadas a tempestividade e a legitimidade do recurso que seria correto à hipótese.

185. O agravo, cabível contra decisões monocráticas do relator ou do Presidente do TCE, gozará de efeito suspensivo, desde que apresentado no prazo de cinco dias.

LICITAÇÕES, CONTROLE E CONVÊNIO

Tomando por base os preceitos contidos na Lei 8.666/1993, na Lei 13.303/2016 e no Decreto 9.412/2018, julgue os itens a seguir.

186. Adota-se a modalidade tomada de preços, sob o tipo maior lance ou oferta, nas licitações para concessão de direito real de uso.

187. Adota-se a modalidade concurso, sob o tipo melhor técnica, para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.

188. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade é da competência exclusiva de Ministro de Estado, Secretário estadual ou municipal, conforme

o caso, exceto para ato praticado contra empresa estatal regida pela Lei 13.303/2016, cuja competência será do Presidente do respectivo Conselho de Administração.

189. São públicos os atos do procedimento licitatório, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura, constituindo crime devassar o sigilo das propostas.

190. O prazo mínimo até o recebimento das propostas será de 45 dias para a concorrência, quando a respectiva licitação for do tipo "menor preço".

Considerando a disciplina da Lei 10.520/2002, julgue os itens a seguir.

191. O pregão constitui modalidade licitatória concebida em meio à reforma do aparelho do Estado do final da década de 90, para romper com os ideais excessivamente burocráticos de outrora, muitos dos quais ainda encontram-se positivados na Lei 8.666/1993. Nesta esteira, as regras da Lei 8.666/1993 não se aplicam ao Pregão, qualquer que seja o tema.

192. É possível a alienação de bens públicos por pregão, desde que não sejam imóveis.

Em relação às disposições da Lei 13.303/2016, julgue os itens a seguir.

193. Dá origem a sobrepreço o agente público que, atuando como fiscal de contrato, atesta a execução de 1.000m² de área construída, quando efetivamente o avanço físico da obra totalizou 800m², resultando em pagamento a maior em benefício da contratada.

194. Realizando-se licitação sob o tipo melhor destinação dos bens alienados, as propostas terão objetivo de proporcionar economia à estatal, por meio da redução de suas despesas correntes, remunerando-se o licitante vencedor com base em percentual da economia de recursos gerada.

No que se refere à prestação indireta de serviços públicos e ao regramento contido nas Leis 8.987/1995 e 11.079/2004, julgue os itens que se seguem.

195. O poder concedente deve ter acesso a dados internos das concessionárias de serviço público, à exceção das suas informações contábeis, econômicas e financeiras.

196. É admitida a subconcessão parcial da execução do serviço público delegado, nos termos previstos no contrato, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente e seja realizado prévio procedimento licitatório.

197. O foro para resolução das disputas envolvendo a concessão é cláusula essencial do contrato, vedando-se a utilização de mecanismos privados para resolução de disputas relacionadas ao contrato.

198. Incumbe à concessionária promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no edital e no contrato.

Tomando por base o regramento contido na Lei 12.462/2011, julgue os itens que se seguem.

199. É lícita a adoção do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para contratação de obras e serviços de engenharia destinadas à ampliação de infraestrutura logística.

200. O orçamento estimado da contratação será necessariamente tornado público em até 1 dia útil antes da data limite para recebimento das propostas.


Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TCE-RJ-Área-controle-externo-21-03-20>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

Concursos



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE